



Processo nº	10.657-7/2022
Interessado	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto	Homologa as soluções técnico-jurídicas consensadas pela Mesa Técnica nº 03/2022, fundamentadas nos estudos técnicos constantes do Processo nº 10.657-7/2022 e na Resolução Normativa nº 12/2021.
Relator	Conselheiro VALTER ALBANO
Data de Julgamento	13-12-2022 - Plenário Presencial

DECISÃO NORMATIVA Nº 4/2022 – PP

(Homologada pelo Tribunal Pleno)

Homologa as soluções técnico-jurídicas consensadas pela Mesa Técnica nº 03/2022, fundamentadas nos estudos técnicos constantes do Processo nº 10.657-7/2022 e na Resolução Normativa nº 12/2021.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Lei Complementar Estadual 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e pelo caput do artigo 3º e inciso V do artigo 11 da Resolução Normativa 16/2021 (Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso);

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXV do artigo 1º da Resolução Normativa 16/2021 (Regimento Interno do Tribunal de Contas de Mato Grosso) que estabelece competência ao Tribunal para instituir mesas técnicas, preferencialmente por meio de conciliação e mediação, visando promover o consensualismo, a eficiência e o pluralismo na solução de temas controvertidos relacionados à administração pública e ao controle externo;

CONSIDERANDO que a modernização da gestão administrativa impõe uma administração pública consensual que, sem deixar de seguir a lógica da autoridade, rompe com a imperatividade unilateral dos atos administrativos para contemplar um modelo pautado no diálogo, na negociação, na cooperação e na coordenação;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar instrumentos que garantam o exercício de suas atribuições de forma ainda mais eficiente e efetiva, sem se afastar da rígida observância do devido processo legal;



CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.655/2018 - Lei de Introdução ao Direito Público, com destaque para os artigos 20 e 22, que estabelecem que “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão” e que, “Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados”, respectivamente;

CONSIDERANDO por fim, as diretrizes constantes da Resolução Normativa 12/2021 que estabeleceu a possibilidade de realização das Mesas Técnica no âmbito do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

DECIDE, por unanimidade:

Art. 1º Homologar as soluções técnico-jurídicas consensadas pela Mesa Técnica nº 03/2022, destinada a promover a revisão da Resolução TCE-MT 6/2021, fundamentadas nos documentos constantes do Processo nº 10.657-7/2022 e na Resolução Normativa nº 12/2021.

Art. 2º Determinar à Secretaria de Controle Externo competente que monitore as providências e o cumprimento dos encaminhamentos da aludida Mesa Técnica com o apoio da Secretaria de Normas e Jurisprudência.

Art. 3º Determinar à Comissão Permanente de Normas e Jurisprudência que promova os estudos necessários para, entendendo cabível, revisar os comandos normativos expedidos pela Resolução Normativa TCE-MT 06/2021 ou propor nova Resolução Normativa que trate do tema “credenciamento”.

Art. 4º Esta decisão normativa entra em vigência na data de sua publicação.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, WALDIR JÚLIO TEIS, DOMINGOS NETO, SÉRGIO RICARDO e GUILHERME ANTONIO MALUF.



Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de dezembro de 2022.

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI
Presidente

CONSELHEIRO VALTER ALBANO
Relator

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas